

# **A ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NUMA PERSPECTIVA FREIREANA: UM DESAFIO ÉTICO-POLÍTICO-PEDAGÓGICO NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO ESTADO DO PARÁ.**

Roseane Corrêa Gomes - Especialização em Psicologia Educacional.

UEPA / Centro de Ciências Sociais e Educação / NEP – Núcleo de Educação Popular Paulo Freire.

Oscar Ferreira Barros – UEPA

Sérgio Roberto Moraes Corrêa – UEPA

## **JUSTIFICATIVA**

Uma das marcas perversas que assolam historicamente a sociedade brasileira é o analfabetismo, reflexo de uma estrutura e de organização social fundadas na dominação e na exclusão. Daí o analfabetismo não decorrer apenas da ineficiência do ensino ou da sua inadequação, mas sobremaneira das disparidades estruturais da sociedade, as quais se configuram e se desdobram nos desequilíbrios sócio-econômicos e educacionais das regiões, tanto no que concerne às regiões político-administrativas quanto às relações de corte urbano-rural.

Face a essas sucintas considerações, o espaço geopolítico e geoeconômico amazônico convive, de forma complexa e contraditória, de um extremo, com uma exuberância ecológica singular e com uma diversidade cultural riquíssima, do outro extremo, no entanto, com indicadores sócio-econômicos educativos desalentadores. Conforme os indicadores sócio-econômicos do Instituto Nacional de Altos Estudos ( Inae) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ( Ipea), datados de 1997, *“a região Norte é considerada a mais pobre do País, os pobres representam 42% de toda população Norte”* (Inae/Ipea, 1997).

Essas disparidades inter-regionais, inter-estaduais e intra-estaduais tomam dimensões mais relevantes, quando são observadas as discrepâncias de desigualdade de corte urbano-rural. Nas áreas rurais amazônicas, encontra-se um dos maiores contingentes de analfabetos(as), perdendo somente para a

região nordeste, a qual, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa é da ordem de 24,6%.

De acordo com o censo 2000 do IBGE, a taxa de analfabetismo no País é de 12,8%, equivalente a um contingente demográfico populacional de 17,6 milhões de brasileiros(as), uma das maiores taxas da América Latina. Deste contingente, grande parte situa-se na Amazônia, principalmente nas áreas rurais. Isso é um reflexo de políticas públicas em educação, para a área rural, descomprometidas tanto com os segmentos sociais desprivilegiados, quanto com as problemáticas estruturais de cada Estado e Município.

Ainda que haja um *avanço reformista* no texto lei da Educação Nacional acerca da educação rural, visando a orientação na formulação de políticas nessa esfera, as políticas educacionais destinadas para o espaço rural, comumente vem acompanhadas de ideologismos e mistificações a despeito dos valores sócio-culturais dos (as) camponeses(as) amazonidas.

Diante dessas considerações, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no que tange à oferta da educação básica no meio rural, da qual a Educação de Jovens e Adultos faz parte, reza Conforme o *art. 28, do título V, capítulo II*, que “*na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias a sua adequação as peculiaridades da vida rural e de cada região, aproximadamente*”:

- I- Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;*
- II- Organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícolas e às condições climáticas;*
- III- Adequação à natureza do trabalho na zona rural.*

Paralelamente a esses dispositivos, cabe uma referência a despeito da educação de jovens e adultos. No parágrafo *1º do art.37*, reza-se que “*os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames*”

No que diz respeito a esse parágrafo, é relevante o nosso posicionamento de recusa à LDB quando ela explicita em tom de culpa individual: “*Jovens e adultos que não puderam efetuar os estudos...*” desconhecendo as dimensões sócio-econômico-políticas estruturais da sociedade capitalista, por excelência excludente, a qual inviabilizou e inviabiliza as condições de acesso e permanência com qualidade social à escola, principalmente no meio rural que é também um direito conquistado constitucionalmente. Daí o analfabetismo de jovens e adultos não ser um acaso no meio rural.

*“(...) a luta do homem do campo pela escola, pela instrução de seus filhos se situa neste contexto de conquista de um direito, ou de um mínimo de igualdade de oportunidade, sendo uma forma de se defender de uma ignorância que percebe estar vinculada à sua situação de exclusão política e econômica. Conseqüentemente, a luta pelo acesso ao saber vai se tornando um ato público. Os programas de educação rural que podem atender ou negar esta reivindicação serão uma resposta ou uma negação, antes de tudo, de natureza política”(ARROYO, 1982, p. 5).*

*“Neste sentido, ao negar o direito de jovens e adultos fora da faixa etária de obrigatoriedade escolar, a alfabetização é destinada a cumprir um único papel: o de servir a economia e, por isso mesmo, legitima um modelo econômico excludente que não precisa educar a todos, pois não está preocupado com a totalidade do povo, mas com aqueles e aquelas que podem contribuir para o desenvolvimento desse modelo”(ALVARENGA, 1999, p. 8).*

Ainda que esses avanços reformistas, na legislação educacional, referentes à educação rural, possam ser orientadores na elaboração e na implementação de políticas e de práticas educacionais, o que nós percebemos é um descompasso entre o legislado, a realidade e as necessidades da escola rural, principalmente em relação aos jovens e adultos que passam, de fato, a estarem excluídos do processo educacional.

Esse descompasso pode ser entendido de maneira mais coerente na medida em que, constatamos a redução dos fundos públicos para o sistema de ensino público nacional, resultante da reforma do Estado dentro das diretrizes

do atual modelo político- econômico neoliberal, por meio do qual o Estado nacional vem implementando ajustes fiscais, fato que, segundo a lógica do governo federal, justifica a sua desobrigação e desresponsabilidade social.

Orientados por essas mesmas diretrizes político-econômicas, estados e municípios da região, compactuados com o pacto reformulador hegemônico, passam para outros setores da sociedade, em nome da *responsabilidade fiscal* e da *descentralização democrática*, as responsabilidades que constitucionalmente lhes cabe. O que é assegurado, portanto, em lei, por essas esferas públicas, passa-se somente a restringir no âmbito do formalismo, ao passo que a concretude da educação no meio rural, especialmente de jovens e adultos, confirma-se como prioridade secundária. Razão pela qual podemos afirmar a exclusão destes segmentos sociais em seus *locus*, dos bens sociais produzidos científica e tecnologicamente pelas universidades, fatores que intensificam a pobreza nessas áreas.

Frente a essas considerações, os sistemas de ensino estaduais e municipais que deveriam prover de políticas educacionais para os jovens e adultos na área rural, tendo em vista o atingimento das problemáticas estruturais dos segmentos sociais e das suas comunidades, acabam, no entanto, se restringindo as políticas compensatórias e particularistas, incorrendo assim para o aprofundamento da exclusão dessas populações e, conseqüentemente das disparidades sócio-econômicas e educacionais.

Os programas oficiais de educação de jovens e adultos, orientados e embasados pela lógica *empreendedora de educação*, destinados para essas localidades, “*carregam*” freqüentemente procedimentos metodológicos sustentados em um *pedagogismo urbanista*, razão pela qual as invasões culturais e de valores comprometem toda a estrutura sócio-cultural-ética das comunidades rurais.

O Programa de Alfabetização Solidária(PAS) é um mecanismo de disseminação de conceitos e de valores, fundados e fundantes no *capital cultural hegemônico dominante*, que orienta de modo particularizado os preceitos pedagógicos da alfabetização, de acordo com as diretrizes do modelo neoliberal, isto é, o capital cultural que é transferido de forma universalista abstrata, produtor de um discurso desinteressado; é de fato, de

modo subjacente, o conhecimento particularizado, organizado sistematicamente pela lógica empreendedora que está sendo transferido.

Alicerçada e orientada por essa lógica hegemônica do mercado, a política educacional do Estado do Pará, através de sua secretaria executiva de educação, vem implementando políticas de educação de jovens e adultos, em parceria com o PAS, cujo conteúdo e forma que lhe é dado, segue a mesma diretriz do empreendedorismo pedagógico.

No documento do *Programa de Alfabetização Solidária (PAS)*<sup>1</sup>, por exemplo, preescreve-se que a conquista da cidadania faz-se mediante à apropriação da leitura: “*o alfabetizando adquire cidadania ao aprender a ler*”<sup>2</sup>. Segundo Alvarenga, “*o pressuposto de que saber ler e escrever permitiria aos sujeitos exercerem os seus direitos de cidadania expõe de certa maneira, a preponderância da dupla ação ideológica das ações de inferioridade do analfabeto e da governabilidade nas comunidades pelas iniciativas governamentais ou ‘solidárias’ como território onde o analfabetismo é responsabilizado pelo atraso econômico e, como consequência dele, a exclusão de seus membros*”.

No curso ainda da lógica do PAS, em julho de 1999, é lançada a campanha “*Adote um Analfabeto*”<sup>3</sup>, através da qual será revitalizada a tese de “*inferioridade do analfabeto*” e do afastamento dos poderes públicos na promoção de políticas de institucionalização da educação e de alfabetização de jovens e adultos.

*“Assim a ‘orfandade’ dos excluídos do direito à alfabetização é oficialmente declarada. O direito à alfabetização de jovens e adultos, que jamais conseguiram ingressar no sistema escolar ou que dele foram excluídos, dependerá das ações de filantropia e dos gestos de caridade dos que, ainda, usufruem do status de cidadãos. Estes serão sensibilizados pelos PAS a atenderem ao apelo caritativo do programa, numa versão pós-moderna da ‘roda dos exposto’”*  
(ALVARENGA, 1999 p.10).

O programa desenvolve ações pedagógicas de “capacitação” nos municípios do Estado, objetivando a formação de “agentes multiplicadores”, para o desdobramento do processo de alfabetização de jovens e adultos em áreas rurais.

Embasadas e orientadas por procedimentos teóricos-metodológicos liberal- funcionalistas, as ações educativas desse programa são levadas a cabo de modo *aligeiradas*, diretriz máxima dos receituários dos organismos internacionais que orientam a formulação da política educacional do Ministério da Educação, ao qual o sistema estadual de ensino está vinculado.

Nos Municípios do estado, sobremaneira no espaço geográfico rural, a tônica desse programa é quantitatividade em detrimento da qualidade, posto que os números dão a substancialidade para a continuidade de políticas e práticas educacionais imediatistas e particularizadas, tendo em vista o reforço dos *centros eleitoreiros* das classes dominantes. Faz-se, portanto, todo um discurso de comprometimento com essas classes ( camponesas) e com as suas comunidades, mas o que, na verdade, se verifica e se revela são mecanismos criados e justificados para a consolidação de interesses de uma minoria e de seus partidos políticos. Fato desabonador, porque os segmentos menos favorecidos das áreas rurais e as comunidades a que eles pertencem, acabam permanecendo em uma vida sub-humana, justificada, ideologicamente pelas teses de *inferioridade* e de *governabilidade*, visto que a culpabilidade da má qualidade de vida, na ótica da administração educacional do Estado do Pará, não está nas formulações e nas práticas político-educacionais, mas sim nos *analfabetos* e nas *comunidades*, considerados desinteressados com o processo de desenvolvimento do estado.

Face a essas considerações, as problemáticas estruturais da educação rural se perpetuam de forma redefinida, de acordo com a conjuntura atual. E neste cenário, o analfabetismo segue a sua constante em decorrência da ausência de um comprometimento político-ético-pedagógico, com esses segmentos sociais.

Sendo o analfabetismo de jovens e adultos um desafio nas áreas rurais do estado a que não podemos nos omitir, urge, assim, a necessidade de que assumamos o compromisso ético-político-pedagógico com a sua superação, partindo da realidade problemática da área rural, a fim de que possamos desenvolver um processo de alfabetização crítica, na perspectiva da construção de sujeitos históricos.

Por isso, devemos considerar um conjunto complexo de problemáticas, referentes à dinâmica da educação rural do Estado, para a estruturação e organização de um projeto de *alfabetização de jovens e adultos de práxis*.<sup>4</sup>

Segundo LEITE: “*De certa forma, a problemática ligada à escola rural continua e, entre os quesitos a serem considerados temos:*

1. *Quanto aos aspectos sócio-políticos: a baixa qualidade de vida na zona rural; a desvalorização da cultura rural; a forte infiltração da cultura urbana no meio rural; a conseqüente alteração nos valores sócio-culturais campestinos em detrimento aos valores urbanos;*

2. *Quanto a situação do professor: presença do professor leigo; formação essencialmente urbana do professor; questões relativas a transporte e moradia; clientelismo político na convocação dos docentes; baixo índice salarial; função tríplice: professora/merendeira/faxineira;*

*Quanto a clientela da escola rural: a condição do aluno como trabalhador rural; distancia entre locais de moradia/trabalho/escola; heterogeneidade de idade e de intelectualidade; baixas condições aquisitivas do alunado; acesso precário a informações gerais;*

3. *Quanto a participação da comunidade no processo escolar: um certo distanciamento dos pais em relação à escola, embora as famílias tenham a escolaridade como valor sócio-moral;*

4. *Quanto a ação didático-pedagógica: currículo inadequado, geralmente estipulado por resoluções governamentais, com vistas à realidade urbana; estruturação didático-metodológica deficiente; salas multiseriadas; calendário escolar em dissonância com a sazonalidade da produção; ausência de orientação técnica e acompanhamento pedagógico; ausência de material de apoio escolar tanto para professores quanto para alunos;*

5. *Quanto as instalações físicas da unidade escolar: instalações precárias e na maioria das vezes sem condições para o trabalho pedagógico;*

6. *Quanto a política educacional rural: são raros os municípios que se dispõem a um trabalho mais aprofundado e eficiente, devido a ausência de recursos humanos e materiais” (LEITE, 1999, p.55-56).*

Embora que de forma ampla Leite nos apresente um retrato da educação rural, essa é a visualização que nos possibilita construir um projeto de alfabetização de jovens e adultos voltado para as áreas rurais do Estado, visto que é esse panorama que lhe dá uma autenticidade, para a implementação de um projeto de *alfabetização de jovens e adultos de práxis* e de formação continuada de alfabetizadores(as) populares.

A realidade existencial e contextual dos(as) camponeses(as) paraenses é, portanto, compreendida como nosso ponto de partida e entendida, sobretudo, dentro de uma dinâmica político-econômico-sócio-cultural e religiosa conflituosa e contraditória e, não descontextualizada e desinteressada.

O respeito ao saber popular desses sujeitos a cerca de sua realidade é condicionante de que não podemos prescindir, haja vista que um processo de alfabetização crítica se fundamenta e se orienta pelo diálogo entre o saber popular e o saber sistemático, objetivando a superação da *consciência ingênua* para a construção de uma *consciência crítica*, através da qual o(a) alfabetizando(a) reconhece-se enquanto sujeito inserido no mundo.

Isso implica que a leitura de mundo e de espaço, que se antecipa a leitura da palavra, mas que esta é a continuidade daquela num processo contínuo, dialético e complexo; é mecanismo genuíno para tal elevação cultural e política de seus sujeitos históricos envolvidos no processo em questão.

*“Ler e escrever a palavra só nos fazem deixar de ser sombra dos outros quando, em relação dialética com a leitura do mundo, tem que ver com que o chamo a re-escrita do mundo, quer dizer, com sua transformação. Daí a natureza política, não necessariamente partidária, da educação em geral, da de adultos e de alfabetização em particular” (FREIRE, 2000, p.88).*

Desta feita o processo de aquisição da leitura e da escrita é eminentemente considerado um fenômeno sócio-cultural e político com dimensão ideológica, visto que *“a linguagem é um palco de lutas ideológicas que, marcada por um tempo histórico e em um espaço social determinados, disputam a hegemonia da determinação de seu conteúdo e do seu sentido em uma sociedade” (BAKHTIN, 1992).*



Assim, o que se põe de forma imperiosa para nós, além desse reconhecimento do saber popular rural riquíssimo, é a necessidade de uma fundamentação teórico-metodológica, que indissociável da prática alfabetizadora, sustente-se na ética universal do ser humano, a qual entende que o analfabetismo é um reflexo de determinações políticas, econômicas, sociais e culturais de uma sociedade historicamente excludente, razão pela qual rompemos com a visão pragmático-tecnicista de *inferioridade* e de *governabilidade*, a qual culpa o analfabeto pela sua situação de pobreza.

Compreendemos, por conseguinte, esses indivíduos rurais, envolvidos no processo de alfabetização, como sujeitos históricos que podem intervir em sua realidade rural, mudando-a e modificando-se nela e com ela, objetivando as mudanças estruturais para a melhoria da qualidade de vida individual e coletiva.

Acreditamos que é na participação com essas comunidades rurais que podemos reverter esse quadro tão degradante em nosso Estado, onde as disparidades sócio-econômicas e educacionais estão tão evidentes. Ademais, acreditamos, no entanto, que somente, por meio de políticas e práticas pedagógicas que visem ao atingimento impactante das problemáticas estruturais das áreas rurais é que, de fato, estaremos construindo um caminho sólido para tais mudanças. Daí o papel de suma importância dos entes federal, estaduais e municipais para o alcance de tal objetivo. Isso requer necessariamente o trato com a coisa pública de forma ética, comprometida com os segmentos sociais rurais menos privilegiados.

Partindo dessa premissas relevantes, o **PROALTO** \_ **Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos: processo social para a libertação** – Hoje funcionando como NEP – Núcleo de Educação Popular Paulo Freire vem propor um trabalho pedagógico de formação continuada com os (as) alfabetizadores (as) populares das comunidades ribeirinhas do município de São Domingos do Capim, através de um reestudo da alfabetização de jovens e adultos e de sua prática, alicerçado e orientado pela perspectiva Freireana de educação, tendo em vista ações pedagógicas mais coesas e consistentes sobre o analfabetismo nessas áreas, buscando sua redução e, conseqüentemente, a diminuição das disparidades socio-econômicas e

educacionais no município e no Estado como um todo, contribuindo, assim, para o desenvolvimento sócio-cultural e educativo do Estado do Pará.

## **OBJETIVOS**

- Desenvolver atividades pedagógicas que possibilitem uma fundamentação teórico-metodológica crítica da práxis do(a) alfabetizador(a) popular de jovens e adultos, tendo em vista novos olhares a despeito da relação alfabetizador(a) e alfabetizando(a) e da realidade ribeirinha que os cerca;
- Realizar uma análise crítica acerca do processo de apropriação da leitura e da escrita como elementos constituídos a partir da realidade existencial do(a) alfabetizando(a), objetivando entendê-las como fenômenos sócio-culturais que fazem parte da dinâmica ribeirinha;
- Executar atividades de alfabetização de jovens e adultos numa dimensão da construção de sujeitos históricos, capazes de mudar a dinâmica de suas realidades individual e coletiva;
- Contribuir com fundamentos teórico-metodológicos freireanos para o desdobramento de ações pedagógicas mais coesas e consistentes sobre o analfabetismo nessas áreas, buscando sua redução e, conseqüentemente, a diminuição das disparidades socio-econômicas e educacionais no município e no Estado como um todo, contribuindo, assim, para o desenvolvimento sócio-cultural e educativo do Estado do Pará.

## **PÚBLICO ALVO**

Educadores(as) que trabalham com alfabetização de jovens e adultos e com classes multiseriadas.

## **RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS** (Quantificação e resultados esperados)

- Trabalhar os conteúdos planejados tendo em vista uma maior apropriação possível dos conhecimentos;
- Alcançar um número significativo de alfabetizadores(as) no tocante à participação e à construção de novos conhecimentos em relação a problemática levantada;

- Instigar, a partir da problematização de temáticas sociais, uma reflexão crítica dos(as) alfabetizadores(as), sobre sua práxis educativa;
- Desenvolver com os(as) alfabetizadores(as) uma ação educativa de intervenção mais consistente em sua realidade social, objetivando a busca de uma melhoria qualitativa e quantitativa sócio-econômicas e educacionais no município e no Estado como um todo.

## CONCEPÇÃO TEÓRICA

Como eixo teórico-metodológico lançamos mão, enquanto concepção teórica, da *Pedagogia Humanista-Libertadora* de Paulo Freire, para nortear o processo de alfabetização de jovens e adultos, a qual é enriquecida com as contribuições do pensamento dialético, sócio-histórico e do sócio-interacionismo.

Freire preconiza em sua epistemologia humanista-libertadora, sobre a relação *ontológica* existente entre *ser humano-mundo*, o *ser* como um *ente situado historicamente*, sendo sua inserção realizada na relação com os(as) outros(as), com o mundo e no mundo. Mais do que um ser adaptado, homens e mulheres são sujeitos histórico-sociais contextualizados, porque, *transcendendo* a natureza, por meio de seu *trabalho como uma finalidade*, transformam a sua realidade, modificando-se dialética e continuamente com ela e nela, tendo em vista suas necessidades materiais de existência. É nesta relação que homens e mulheres constroem uma consciência de si e do mundo.

*“Numa perspectiva não objetivista mecanicista nem subjetivista, mas dialética...A consciência do mundo engendra a consciência de mim e dos outros no mundo e com o mundo”*(FREIRE, 2000, p. 90).

Para Freire, a consciência crítica é elemento de que não podemos prescindir para a constatação da realidade, posto que é, por intermédio de uma apreensão do contexto histórico em suas várias dimensões político-econômico-sócio-culturais, que podemos intervir nele, transformando-o. Isso implica uma postura ético-política face ao cenário vigente no qual nos inserimos. Daí Freire recusar radicalmente qualquer posicionamento neutro

frente à sociedade, à educação e à alfabetização. Homens e mulheres, situados conscientemente no mundo, optam, decidem, agem de forma autônoma, fazendo-se, por conseguinte, sujeitos político-éticos, rompendo, assim com qualquer decisão exterior a eles(as).

*“Saliente-se a importância da criticidade em face da vocação inserida na natureza humana a que acrescenta ao de constatar, implicando no de conhecer, a tarefa de intervir”* (FREIRE, 2000, p.91).

Homens e mulheres, por meio de sua ação intencional sobre o meio que os cerca, produzem *socialmente o saber*. Isto implica que ninguém é desprovido de conhecimento. O que há, segundo Freire, *são saberes e culturas diferentes* com as quais e nas quais temos que crescer enquanto sujeitos, mas sobretudo pelas quais temos que lutar. Jamais, portanto, para ele, devemos negar a cultura dos homens e das mulheres do campo; os seus saberes apropriados social e historicamente, deixados pelos seus ancestrais.

É, portanto, da riqueza dos seus saberes, acerca de seu contexto, de que devemos partir, para o desenvolvimento do processo de alfabetização, numa permanente relação dialógica entre o saber popular e o saber sistemático. Daí a importância da pesquisa sócio-antropológica para tal desdobramento, através da qual tomaremos dimensão da dinâmica política, econômica, social, cultural e religiosa na qual os(as) alfabetizadores(as) e alfabetizados(as) estão inseridos. É dela que emerge o tema gerador o qual possibilitará uma problematização acerca das temáticas levantadas de forma interdisciplinar.

Isso irá nos possibilitar, de forma consistente, desenvolver o que Freire denomina de leitura de mundo, como práxis pedagógica para a superação da consciência ingênua do(a) alfabetizando(a) para a construção de uma consciência crítica a despeito de sua realidade. Razão pela qual, Freire recusa toda e qualquer prática pedagógica pragmático-tecnista, a qual entende a leitura e a escrita como um fim em si mesmas, isto é, descontextualizadas da dinâmica da sociedade. O processo de apropriação da leitura e da escrita dá-se inerentemente nesta dinâmica, porque a estrutura lingüística do(a)

alfabetizando(a) é um fenômeno sócio-cultural e político com dimensão ideológica.

*“Ler e escrever a palavra só nos fazem deixar de ser sombra dos outros quando, em relação dialética com a leitura do mundo, tem que ver com que o chamo a re-escrita do mundo, que dizer, com sua transformação. Daí a natureza política, não necessariamente partidária, da educação em geral, da de adultos e de alfabetização em particular” (FREIRE, 2000, p.88).*

Para Freire, o conteúdo que vai mediar a relação entre os sujeitos cognoscentes, para a produção da escrita e da leitura, deve necessariamente emergir da realidade do(a) alfabetizando(a), daí a criação de um procedimento metodológico- dialógico, o qual se desdobra numa síntese cultural, pois é partindo da experiência existencial dos(as) alfabetizados(as), problematizando as temáticas relevantes de sua realidade, que se consegue lançar uma prática alfabetizadora autêntica entre o saber popular e o saber científico, tendo em vista a construção de sujeitos conscientes da sua presença no tempo histórico de mundo, porque a condição de sujeitos históricos é imanente a eles.

## **CONTEÚDO A SER MINISTRADO**

O conteúdo a ser ministrado estará sendo desenvolvido de acordo com a proposta, por meio de textos que possibilitem uma fundamentação crítica a despeito da alfabetização de jovens e adultos. Para isso, estaremos nos valendo do pensamento teórico freireano e de outros pensadores, através dos quais estaremos discutindo o processo de apropriação da leitura e da escrita e de conteúdos do saber escolar: matemática, português, estudos sociais e ciências. Paralelamente a isto, estaremos trabalhando na dimensão da construção de murais sociais, cuja finalidade é estarmos levantando e materializando a proposta da interdisciplinaridade por meio do tema gerador, discutindo e aprofundando conceitos a despeito da pesquisa sócio-antropológica, da codificação, da decodificação e da técnica de silabação.

## METODOLOGIA A SER EMPREGADA

- Dinâmicas individual e grupal, em concordância com a problemática, que possibilitem uma reflexão a cerca do processo de alfabetização de jovens e adultos, numa perspectiva crítica;
- Leitura de textos que possibilitem uma fundamentação da problemática, realizada individual e/ou grupal;
- Produção de recursos alternativos: este tópico tem como objetivo a produção de textos individuais, coletivos e murais sociais, tendo como foco central o redesenho crítico da alfabetização de jovens e adultos nas áreas ribeirinhas;
- Uso de recursos audiovisuais como mediadores do processo ensino-aprendizagem.

## ORÇAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS

MATERIAL DE CONSUMO/DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Cartolina	fl.	20	0,50	10,00
Papel 40 Kg	fl.	20	0,50	10,00
Papel Chamex	resma	02	10,00	20,00
Clipes (méd.)	cx.	02	0,43	0,86
Caneta hidrocor	jogo	05	2,00	10,00
Pincel atômico (jogo) quadro magnético	jogo	01	4,00	4,00
Caneta piloto grossa (jogo)	Jogo	03	4,80	14,40
Lápis preto N.02 (unid)	1/cx	50	0,10	5,00
Grampo p/ grampeador (cx.)	cx	01	1,00	1,00
Transparência	fl	10	1,00	10,00
Cola	tubos	05	1,50	3,00
<b>Tesoura</b>	pacote	02	5,00	10,00
<b>TOTAL</b>	---	---	---	<b>98,26</b>
<b>MATERIAL PERMANENTE NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROJETO</b>				
<b>DESCRIÇÃO</b>				

RETROPROJETOR ( x )	REVISTAS E JORNAIS ( X )
VIDEO CASSETE ( x )	
TELEVISOR ( x )	
MICRO SISTEM ( x )	

---

1 Programa de uma organização não governamental, criado em 1997 e financiado com fundos públicos do governo federal e com capital dos organismos financeiros internacionais.

2 Ver Alvarenga, 1999.

3 Ibidem

4- A Alfabetização de Jovens e Adultos enquanto um Processo de Práxis Educativa na Amazônia, projeto aprovado na semana acadêmica 2002, Sérgio Corrêa e Cibele Sarmento.